

O desenvolvimento elétrico capixaba, as capacidades estatais e o papel das elites modernizantes entre 1946 e 1964*

Espírito Santo's electrical development, state capacities and the role of modernizing elites between 1946 and 1964

Jayme Karlos Reis Lopes**

Resumo: Este artigo analisa os processos que estiveram na base da eletrificação do estado do Espírito Santo, entre os anos de 1946 e 1964. Dois aspectos se mostraram especiais neste cenário: primeiro, a forte presença do Estado Nacional como impulsionador do desenvolvimento nacional no período, dinâmica que se inicia na década de 1930, mas que não alterara as configurações políticas e econômicas de imediato, trazendo aos poucos a centralização política e a perspectiva de desenvolvimento nacional como novos elementos norteadores da lógica regional. Isso abre caminho para o surgimento de regulamentações, ajudando na constituição do plano estadual de aproveitamento de eletricidade, sobretudo a partir da década de 1950. Uma outra questão-chave na eletrificação capixaba é o papel fundamental das elites modernizadoras no processo de articulação, planejamento e aplicação de políticas para o setor elétrico. Ao que nos parece, a sinergia entre os projetos de manutenção de poder das elites regionais e o projeto de desenvolvimento industrial nacional foi crucial para a consolidação da infraestrutura de energia elétrica no Espírito Santo.

Palavras-chave: Eletricidade. Espírito Santo. Elites. Modernização. Brasil.

Abstract: This article analyzes the processes that underpinned the electrification of the state of Espírito Santo, between 1946 and 1964. Two aspects were special in this scenario: first, the strong presence of the National State as a driver of national development in the period. Dynamics that began in the 1930s, but that did not immediately change the political and economic configurations, gradually bringing

* Submissão: 13/12/2021 | Aprovação: 27/07/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i3.841

** Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Mestre em Antropologia Social pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Membro do Hermes & Clío – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica (FEA-USP) e Pesquisador do Núcleo de Estudo sobre Federalismo, Política e Desenvolvimento (NUFEPD/PUC-Rio) | ORCID: 0000-0001-5162-812X | Email: jaymekrlopes@gmail.com



political centralization and the perspective of national development as new guiding elements of regional logic. Opening the way for the emergence of regulations, helping to establish the state plan for the use of electricity, especially from the 1950s onwards. Another key issue in the electrification of Espírito Santo is the fundamental role of the modernizing elites in the process of articulating, planning, and applying policies for the electricity sector. It seems to us that the synergy between the power maintenance projects of the regional elites and the national industrial development project was crucial for the consolidation of the electric energy infrastructure in Espírito Santo.

Keywords: Electricity. Espírito Santo. Elites. Modernization. Brazil.

JEL: B15. N76. P18. P48. R11.

Introdução

A história econômica brasileira, apresenta uma realidade dinâmica que se caracteriza por fases desenvolvimentistas de crescimento acelerado e de força do Estado nacional, e fases estabilizadoras, caracterizadas pela necessidade de combater os processos inflacionários e desajustes fiscais, que comprometem o crescimento econômico e a capacidade de fomento do Estado nacional (Raposo, 2011).

Momentos de maior vigor político e econômico do Estado Nacional, como o período abordado neste artigo, mostram-se propícios à implantação de projetos de desenvolvimento econômico tanto nacional quanto regional. Momentos estabilizadores, de ajuste fiscal e combate à inflação de economias estatais enfraquecidas, são menos propícios à atuação do Estado como fomentador da economia (Raposo, 2011). Trata-se de uma dinâmica pendular, que historicamente determinou a cooptação dos grupos políticos das regiões menos desenvolvidas da federação, para o desenho de um conjunto de ações de políticas econômicas que garantiram o poder do Estado Nacional na medida em que suas relações com o poder central foram de colaboração/subordinação.

Nesse contexto, as elites locais que dominaram os aparelhos regionais do Estado (Silva, 1986), moldaram uma agenda institucional, regulatória e administrativa e garantiram os seus privilégios, mesmo com constantes mudanças políticas e de perspectivas de desenvolvimento econômico.

O Espírito Santo não foge a esse cenário. Ao longo do século XX, diferente dos demais estados da região Sudeste, principalmente de São Paulo, onde o capital de comercialização do café financiou a industrialização e a modernização econômica, a importância da cultura cafeeira se deu pela particularidade de um modelo econômico e social. Refiro-me a uma forma particular de expansão da atividade econômica, ocupação territorial e formação social, baseada na pequena propriedade familiar, autossuficiente, e, ao mesmo tempo, em uma parte diminuta de latifúndios (Cano, 1985; Faleiros; Vargas, 2011).¹

¹ A predominância da pequena propriedade produtora de café torna-se ainda maior com o fracionamento dos latifúndios decorrente da queda de produtividade e perda de viabilidade dinâmica da cafeicultura ao sul e com o avanço da cultura nos núcleos coloniais da região serrana, em especial em Venda Nova do Imigrante, Santa Teresa e Santa Maria do Jetibá (Buffon, 1992). As pequenas propriedades tenderam à autossuficiência e a uma produção elementar, ocorrendo o circuito das trocas em âmbito muito localizado que possibilitara apenas uma estreita base de acumulação (Faleiros; Vargas, 2011).

A industrialização se deu, então, quase exclusivamente pela necessidade de sobrevivência econômica em decorrência de uma severa crise da cafeicultura, que se arrastaria até o final da década de 1960. Situação que propiciou a aproximação entre elites locais afetadas pela crise e elites nacionais que já participavam do percurso da industrialização na administração política federal. Unidas para a construção do aparato necessário para sustentar uma infraestrutura de modernização no estado: a energia elétrica.

O jogo político que se desenvolve aí, consiste em um processo de negociação continuada entre a administração federal e a administração regional subalterna. Este se torna o principal canal para acesso a benefícios e privilégios sob controle do Estado, sendo, inclusive, um dos caminhos mais importantes para a própria manutenção de poder em momentos de mudanças ou rupturas, em um processo de modernização conservadora (Barrington, 1967; Reis, 1979).

1. Eletricidade e o impacto da modernização no contexto capixaba no pós-1930

O estado do Espírito Santo chegará ao fim da década de 1930 com um relativo dinamismo social e algum desenvolvimento industrial. Em 1940, o estado alcançaria uma população de 750.107 habitantes, um crescimento de aproximadamente 60% com relação ao início da década de 1920 (IBGE 2010). Esse aumento populacional considerável era reflexo das mudanças econômicas que se colocavam, sobretudo, através do crescimento urbano.² Isso acompanha um cenário nacional de desenvolvimento industrial, que tem como um dos seus primeiros projetos estatais a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

A CVRD foi fruto de acordos entre os governos do Brasil – capitaneado por Getúlio Vargas –, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América para viabilizar um suprimento de minério de ferro às forças armadas aliadas durante a Segunda Guerra. Pelo acordo, ao Brasil caberia desapropriar a Estrada de Ferro Vitória-Minas³ e liquidar todos os débitos e hipotecas. Aos ingleses coube indenizar a desapropriação da concessão das minas de ferro da Cia.

² Mas sem abalar a sua dependência da cafeicultura, em termos econômicos, políticos e sociais, que seria uma forte influência até a década de 1960.

³ Criada em 1904, sendo inicialmente uma ferrovia privada, construída para o transporte ferroviário de passageiros e para escoar a produção cafeeira entre o Vale do Rio Doce e o Espírito Santo. Em 1908, seu foco foi alterado, passando a escoar o minério de ferro extraído no município mineiro de Itabira, até 1940.

Itabira de Mineração, que seriam incorporadas à CVRD. E o Export-Import Bank (EXIMBANK), dos Estados Unidos da América, seria designado para financiar US\$ 14 milhões em créditos para compras de equipamentos e materiais necessários às obras de reestruturação e ampliação da estrada de ferro, para a expansão e conclusão das obras do cais de embarque do porto de Paul – município de Vila Velha, região metropolitana de Vitória – e para a extração do mineral nas jazidas em Minas Gerais.

Para atender essa demanda, além do crescente consumo dos 32 municípios existentes no Estado, o setor elétrico capixaba contava com 44 pequenas empresas que operavam 45 usinas geradoras. A maior e mais expressiva empresa continuava sendo a CCBFE, empresa constituída nos anos 1920 responsável por fornecer 92,11% da força e 74,32% da energia gasta na iluminação das cidades capixabas entre 1940 e 1960 (Ribeiro, 2013, p. 45).

Foi com o código de águas, promulgado em 10 de julho de 1934, que se conseguiu dar alguma organização ao aproveitamento dos recursos hidráulicos e à indústria de energia no Espírito Santo, normatizando igualmente a política de concessões. Nesse quadro, Cachoeiro do Itapemirim, possuidor de maior quantidade de unidades industriais do que Vitória, e que estabelecia maior influência na política capixaba, foi também o maior beneficiado com a expansão dos serviços de energia elétrica.

Em Vitória, os maiores consumidores seriam as serrarias beneficiadoras de café, as fábricas de tecidos Jucutuquara Industrial Ltda, fábrica de gelo e oficinas, como as áreas operacionais mecânicas das indústrias e das empreiteiras de obras no Porto de Vitória e da Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas. Já em Cachoeiro de Itapemirim seriam atendidas quatro serrarias de madeira e três fábricas, uma de tecido, outra de cimento e uma de açúcar, que utilizam energia elétrica. Todo esse consumo, tanto na capital quanto em Cachoeiro, também era fornecido pela CCBFE.

Entretanto, a expansão industrial e comercial associada à indução do consumo residencial extrapolava a capacidade de geração. Juntos, os maiores consumidores de Vitória utilizavam 2314 CV fornecidos pela CCBFE, enquanto o consumo de Cachoeiro de Itapemirim ultrapassa 3342 CV. Em 1941, o sistema de geração da CCBFE começa a dar os seus primeiros sinais de deficiência. A demanda média anual de energia na zona de concessão da CCBFE, que correspondia a 32,89% da população capixaba e compreendia a zona mais dinâmica da sua economia, aumentou, sem que empreendimentos de geração acompanhassem a demanda.

Entretanto, mesmo que houvesse a convicção de que a CCBFE não daria mais conta sozinha dos investimentos necessários em novas usinas de geração de energia, e que o modelo estadual de fornecimento estava no seu limite, tanto o governo estadual quanto o federal relutava em fazer investimentos em empreendimentos de eletricidade de grandes dimensões, uma vez que as receitas do Estado durante a Segunda Guerra Mundial, e depois dela, estavam limitadas à sua capacidade de endividamento e às oscilações do preço do café.

Esse quadro começa a mudar quando o segundo interventor federal escolhido por Getúlio Vargas, Jones dos Santos Neves (1943–1945),⁴ inclui na tríade de planejamento da ação de seu governo, composta por saneamento, produção e transportes, um programa para enfrentar a crise no abastecimento de energia. As diretrizes de Neves eram claras e anunciavam um novo tempo para ação estatal e para a responsabilidade sobre a infraestrutura elétrica capixaba: “Os novos tempos nos ensinam que o Estado é a função das condições econômicas que predominam em sua organização social. Daí a necessidade imperiosa de fortalecer as suas forças econômicas e racionalizar a sua administração.” (Ribeiro, 2013, p. 72).

A necessidade de um projeto modernizador era representada de forma clara na manifestação do governador Jones do Santos Neves, que também chama atenção para a inevitabilidade da construção de um aparato estatal que desse conta desse arranjo. Daí emergem duas das condições essenciais do projeto de modernização capixaba: primeiro, a formação das capacidades estatais e depois o papel das elites modernizadoras. Essas questões serão tratadas a seguir.

2. O entrelaçamento entre modernização e política no estado do Espírito Santo

É possível dizer que o enredo da modernização capixaba – acompanhando

⁴ Jones dos Santos Neves nasceu em São Mateus (ES), norte do estado, em 1901. No início de 1933, participou da comissão diretora provisória do Partido Social Democrático (PSD) do Espírito Santo, criado com vistas às eleições à Assembleia Nacional Constituinte, convocadas pelo presidente Getúlio Vargas. Em 21 de janeiro de 1943, Jones Neves foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, assumindo o cargo no mesmo dia em substituição a Punaro Bley. Em 1945, Jones Neves elegeu-se senador pelo PSD. Assumindo o mandato em abril de 1947, participou da Comissão de Finanças do Senado e das comissões mistas de Investigação Agrícola e de Leis Complementares. Nesse período, foi também presidente do diretório regional do PSD em seu estado e membro do diretório nacional do partido. Em 1950, elegeu-se governador do Espírito Santo na legenda da coligação entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

o movimento do país – tomou velocidade a partir de 1945. Do ponto de vista político, esse momento esteve diretamente relacionado à redemocratização do país, que inaugurou uma nova fase na conjuntura de transformação do Estado brasileiro, e quando a estrutura política foi reaberta a uma maior participação das classes sociais presentes na formação social brasileira, inclusive sob o ponto de vista regional.

Por esse caminho, a Constituição Federal de 1946 redefiniu as formas de articulação existentes entre a instância do político e o campo das práticas de classe. Efetivamente, essa constituição reintroduziu o regime democrático, como padrão definidor tanto da estrutura do político quanto das relações entre as estruturas. A compreensão desse conjunto de relações políticas remete à análise dos elementos constitutivos do aparato político-institucional que se formou em âmbito federativo.

Tomando Max Weber (1978) como referência, é possível dizer que nesse momento a centralidade das transformações no Estado estará necessariamente acompanhada pela construção de uma “capacidade estatal” de intervir de forma efetiva no contexto social, político e econômico. Por sua vez, essa capacidade estatal se dá pela existência de uma burocracia profissionalizada e de uma coordenação interestatal (Peter, B. Rueschemeyer, Dietrich e Skocpol, Theda, 1985).

Como se expressa no eixo da modernização capixaba, tornou-se necessária a existência de uma administração pública profissionalizada e qualificada que fosse capaz de interpretar a realidade social e econômica local e de dar conta das dinâmicas políticas coerentes (Skocpol; Finegold, 1985). É importante apontar para as especificidades heterogêneas do Estado brasileiro, sob o ponto de vista federativo.

A percepção da heterogeneidade dentro do Estado manifesta-se nas discussões sobre como o arranjo estatal brasileiro combinaria princípios do Estado racional legal com normas informais que seriam permeadas por sistemas de patronagem e que centralizariam recursos políticos e econômicos, com a finalidade de maximizar ganhos privados.

Dentro desse contexto, ao longo destes 18 anos – 1946 a 1964 – em que o regime democrático esteve presente na formação social brasileira, quase todos os partidos que se consolidaram no cenário nacional marcaram presença no espaço político-partidário dos Estados federados, inclusive no estado do Espírito Santo. Podemos dizer que as transformações que se processaram no Brasil modificaram a face política capixaba em duplo sentido. Por um

lado, ampliaram a composição das forças políticas pré-existentes e permitiram que as facções divergentes ou rivais entre si ocupassem espaços partidários distintos no sistema em formação. Por outro, criaram condições para que as classes sociais que estavam no seio da produção rural e urbana emergissem no cenário da representação política regional.

A divisão das forças sociais e políticas no Espírito Santo podia ser entendida assim: (1) as que estavam relacionadas às elites agrofundiárias, que conseguiram conquistar espaço na direção política do aparelho estatal com os movimentos de 1930 e ampliaram esse espaço de poder regional, no Espírito Santo; (2) as forças constituídas no seio da pequena produção rural e dos núcleos urbanos do interior do estado, que representavam a grande massa populacional da época – inclusive, grande parte dessa população imigrante europeia; (3) e por último, as classes populares urbanas dos principais centros urbanos, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, além de Colatina.

Mas, efetivamente na estratégia estadual, estiveram presentes de forma marcante os laços de afinidades e vinculações pré-existentes entre as lideranças políticas do Espírito Santo e aquelas constituídas a nível nacional. Alguns desses liames se destacam: o primeiro, trilhado por um mesmo conjunto de forças sociais que se abrigaram em partidos de nível nacional, como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves no PSD, e um segundo caminho, de lideranças historicamente opostas entre si, em nível estadual, que integram um mesmo partido, como Atílio Vivácqua e Asdrubal Soares, que também foram para o PSD, mesmo tendo Lindenberg e Neves como seus principais rivais políticos.⁵

⁵ É importante trazer a análise de Silva (1986, p. 310), em que, segundo ela, essa dinâmica “refere-se ao fato de os partidos precisarem se constituir enquanto organizações nacionais, o que vai ensejar a necessidade de fundar diretórios em todos os Estados da Federação, por uma parte; e, a existência, no Espírito Santo, de um grupo heterogêneo de lideranças políticas, constituído por, pelo menos, três categorias distintas: a) as historicamente rivais no plano estadual como: Fernando de Abreu, Carlos Lindenberg, Henrique (tais Novais, *versus* Atílio Vivácqua, Ailton Tovar, Eleosippo Cunha, Geraldo Vianna, etc.); b) as pertencentes a um mesmo conjunto de forças sociais, mas que, no plano político, se dividem para garantir sua permanência no controle do Aparelho Regional de Estado. (Como por exemplo: Carlos Lindenberg (PSD) e seu irmão Fernando Lindenberg (UDN), Manoel Silvino Monjardim (PSD) e Adelpho Poli Monjardim (PTB); Jones dos Santos Neves (PSD) e Guilherme dos Santos Neves (PTB), etc.). c) as novas lideranças que surgiram em função da maior diferenciação social, e da ocupação de novos espaços territoriais do Espírito Santo – norte do Estado. Entre as primeiras pode-se destacar: Eurico Rezende (UDN), Fernando Duarte Rabelo (PDC), José Cupertino de Almeida (PSP) – representantes das classes médias urbanas –; Saturnino Rangel Mauro (PTB), Benjamim Campos (PCB) – representantes das classes populares urbanas – e, entre as segundas: Wilson Cunha (PR), Moacyr Brotas (UDN) e Alberto Ceolim (PRP), etc.”.

Na primeira eleição pós Estado Novo, consuma-se a vitória do candidato da coligação PSD/UDN, Carlos Lindenberg (1947 a 1950),⁶ que nutria forte relação entre coronéis. Em termos comparativos com a região sudeste, onde a prática populista passava a ser norteadora da vida política, no Espírito Santo, as práticas coronelistas foram requentadas, constituindo o domínio político da época, apoiadas sobre a máquina partidária nacional.

Não obstante, os últimos anos da década de 1940 também consolidaram as mudanças estruturais na economia, na política e na sociedade do Espírito Santo, especialmente no papel do Estado nessas estruturas, o que impulsionou a passagem de uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas para algo que cada vez mais se aproximaria de uma economia industrial, direcionada ao mercado interno e urbano, tendo o aparato estatal como elemento indutor deste movimento.

3. As elites modernizantes (ou estratégicas) e a infraestrutura de energia elétrica

É possível dizer que a capacidade do Estado brasileiro em formular e implementar políticas desenvolvimentistas deve ser pensada a partir do arranjo político-institucional que compreende “[...] o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica” (Pires; Gomide, 2014, p. 7). E as elites são um dos principais atores na construção dessas capacidades do Estado brasileiro.

A esse respeito, Renato Perissinoto (2014) chama atenção para o contexto das *elites modernizantes*, que se refere à presença, numa dada sociedade, de elites dispostas a industrializar e modernizar o país, tomando “decisões desenvolvimentistas” e implementando-as conforme um plano. Essas *elites modernizantes* se dedicam à construção de um Estado que oriente suas ações econômicas por um *plane rationality* (Johnson, 1982, p. 17-21) – ou planejamento racional –, em oposição à racionalidade de mercado e à racionalidade estritamente ideológica.

A razão disso é a necessidade de controle desses agentes políticos e econômicos sobre os ativos produtivos e as instituições, o que lhes permite

⁶ Segundo, Alvarenga (2017), os membros e apoiadores do PSD faziam parte de uma elite latifundiária, sobretudo a que dominava a produção do café. Essa característica fazia com que a influência do partido incidisse tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

influenciar tanto na alocação de autoridade quanto na alocação de recursos. Ainda que haja influência de outros grupos de pressão e de políticas, as elites tomam a maioria das decisões mais relevantes e esboçam virtualmente quase toda a legislação, controlam o orçamento nacional e são a fonte da maior parte de inovações em políticas públicas.

Esta será, também, uma das principais características de um Estado desenvolvimentista brasileiro, com a expansão de uma burocracia por mecanismos institucionais comandada por esses atores, que conduzirão a um permanente diálogo com os setores econômicos estratégicos e organizados da sociedade em que atuam. Isso constitui uma condição determinante para a expansão do capitalismo no Brasil.

No Espírito Santo, a partir de 1947, é Carlos Lindenberg que, mesmo fortemente ligado às forças políticas e econômicas do latifúndio, tentou fomentar o crescimento industrial através da geração de eletricidade, como uma das prioridades de sua gestão. O que levou ao planejamento de novas usinas como a de Jucu II, negociada em parceria, em forma de empréstimo, com a CCBFE.

Esses projetos elétricos também se relacionavam à introdução de técnicas de planejamento econômico tendo em vista o avanço de uma industrialização de base em nível nacional, a partir do complexo de minério e siderúrgico da Companhia Vale do Rio Doce, além de operações portuárias, em sua maioria, com forte investimento do governo federal.

Entretanto, o acesso à energia elétrica ainda continuava escassa nas cidades capixabas, principalmente em vários bairros da capital Vitória, que estavam em franca expansão. O fornecimento de energia também não conseguia ter a estabilidade exigida pelas indústrias e pelos comércios, problemática tratada pela CCBFE com soluções paliativas. Em entrevista, Christiano Dias Lopes (que viria a ser governador entre 1967 e 1971) aponta sua visão sobre o problema da expansão da energia no Espírito Santo durante a concessão à CCBFE naquele momento:

[...] A Companhia Central Brasileira de Energia Elétrica dizia: não podemos investir em energia elétrica porque o Espírito Santo não tinha consumo; e o Espírito Santo não tinha consumo porque não se desenvolvia; não se desenvolvia porque não tinha Energia Elétrica. E ficava naquele negócio de uma empurra para lá outro empurra para cá.⁷

⁷ Entrevista concedida a Luiz Claudio M. Ribeiro. Vitória, nov. 2002, p. 6.

A disputa política das eleições de 1950 que elegeu Jones dos Santos Neves (1951 a 1955) – agora de forma democrática⁸ – se colocava no olho do furacão em uma crescente campanha de encampação da CCBFE e pela melhoria da infraestrutura de eletricidade. A campanha, com forte viés nacionalista, dava-se por meio de um movimento suprapartidário liderado pelo tenente-coronel do exército José Patente Frota⁹ e por integrantes da linha de frente do PSD, mas que agregava, igualmente, membros do Partido Comunista Brasileiro e de diversos partidos com viés nacionalista.

Dentro desse panorama, o governo de Jones dos Santos Neves vai comandar a materialização de um projeto de modernização para o Espírito Santo, produzindo as condições para a sua implementação, que teria que passar por uma infraestrutura adequada, sendo a estrutura de energia elétrica, uma das prioridades.

Todavia, esse projeto de desenvolvimento esbarrava em uma problemática fundamental: colocava-se no meio da dissociação entre a instância do agente político (Estado), que atuava predominantemente no meio urbano, e as demais instâncias (econômica e sociais) em um contexto de uma população ainda predominantemente rural e uma economia agrofundiária. Isso leva Neves, em muitos momentos, mesmo tendo como plataforma política à época de sua eleição uma aliança com a oligarquia agrofundiária – assim como Carlos Lindenberg –, a atender apenas às necessidades básicas deste

⁸ Como já foi abordado aqui, Jones dos Santos Neves havia sido interventor de Getúlio Vargas em 1943.

⁹ Importante personagem político (mesmo quando ainda militar) capixaba com articulação nacional, entre a década de 1950 e todo o período do regime militar. Presente na seção verbetes do CPDOC/FGV: “Em 1951 foi nomeado chefe de polícia do estado do Espírito Santo no governo de Jones dos Santos Neves. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo em 1952, deixando a chefia da polícia capixaba em 1954. Promovido a tenente-coronel em 1956, passou para a reserva, alcançando o generalato no final da década de 1950, quando iniciou sua carreira política. No pleito de outubro de 1958 elegeu-se deputado estadual no Espírito Santo na legenda do Partido Social Democrático (PSD), ocupando a cadeira em fevereiro do ano seguinte. De 1961 a 1962 foi líder da bancada de seu partido na Assembleia Legislativa. Em outubro de 1962 reelegeu-se na mesma legenda. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação ao regime militar instalado no país em abril de 1964. Em novembro de 1966 elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda da Arena. Deixando a Assembleia em janeiro de 1967, tomou assento na Câmara em fevereiro seguinte. No pleito de novembro de 1970 reelegeu-se na mesma legenda. Durante essa legislatura foi presidente da Comissão de Segurança Nacional e suplente das comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Minas e Energia e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. No pleito de novembro de 1974 voltou a reeleger-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda da Arena. Foi vice-líder do governo e de seu partido da Câmara, voltando a integrar a Comissão de Segurança Nacional e, como suplente, a Comissão de Constituição e Justiça. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1979. No governo de Eurico Resende, iniciado no mesmo ano, Parente Frota foi nomeado secretário de Segurança Pública.” (FGV, n. d, n. p).

grupo em detrimento da continuidade de um projeto de governo que desse conta da construção de um aparato estatal para a modernização (Silva, 1986, p. 436).

Podemos dizer que esse modelo corresponderia a uma “modernização conservadora”, cujo resultado estaria expresso na excessiva concentração do poder político e que se traduziu na construção de uma estrutura corporativista de representação de interesses e na administração estatal.

É possível afirmar, ainda, que as vinculações agrárias nos momentos de 1930, com reflexos ao longo das décadas seguintes, tenderam a se diversificar ao longo do ciclo quando muitos proprietários rurais penetram também na indústria. Ocorre também, em sentido inverso, que o segmento se consolida no interior da elite política. Este é o caso dos capitalistas industriais nacionais – e regionais como o capixaba – que inicialmente permanecem nos intervalos do poder e que se fortalecem à medida que o sistema industrial se expandia.

A aprovação do primeiro Plano Estadual de Eletrificação (Lei nº 527 de 1951) é uma das manifestações desse cenário. Ele contou com uma intensa participação das elites capixabas, tendo como pilares a construção de hidroelétricas e a criação de uma empresa estadual de energia que, nas palavras de Jones dos Santos Neves, seria “o fundamento inicial da nossa redenção econômica”.

O Plano Estadual de Eletrificação também foi resultado de articulação concentrada do PSD capixaba na esfera nacional. Foram as articulações entre Neves, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha que fizeram com que o recém-criado Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) assumisse o pagamento integral da construção da hidrelétrica de Rio Bonito – uma das principais obras do Plano Estadual – e de linhas de transmissão. Em contrapartida, o governo do estado teria por obrigação contratual organizar a formação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA).

Ainda se utilizando de ligações com a área técnica de planejamento econômico, de suas relações partidárias e de sua amizade com Getúlio Vargas, Jones dos Santos Neves e seu grupo político estabeleceram projetos para organização da administração econômica do estado, reunindo os instrumentos de planejamento já utilizados na esfera federal. Neves tinha plena convicção da necessidade de obras de infraestrutura econômica, dada a carência em que todo o território capixaba se encontrava.

Assim, também é possível dizer que o papel da energia elétrica, mo-

mento da modernização capixaba, segue o caminho citado por Alexandre Saes (2008, p. 10):

[...] conjugado com a emergência do processo de industrialização e urbanização, as transformações no sistema de eletricidade eram parte fundamental na formação do capitalismo brasileiro. As decisões e os projetos políticos para o desenvolvimento do setor de energia elétrica representavam, no limite, as formas como as classes dominantes do país pensavam no grau de subordinação ao capital estrangeiro e a intensidade da modernização.

Destaca a fala de Jones dos Santos Neves ao analisar os propósitos da política elétrica e sua relação com os eixos de modernização capixaba, quando diz: “[...] a eletrificação do Estado obedece ao propósito estabelecido nas diretrizes do atual governo de preferência as centrais que mais se aproximem dos eixos de gravidade econômica”. E complementa no mesmo discurso:

[...] situação estratégica de seu porto de mar [...] tendo como tributárias as regiões de todo o “*hinterland*” mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado, tudo isso faz deste litoral um centro monopolizador de futuras industriais. (Espírito Santo, 1957 *apud* Silva, 1986, p. 261–262)

Parece claro que os investimentos em energia elétrica foram considerados fundamentais no Espírito Santo, bem como o aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro. Ao mesmo tempo, tal conjuntura deu a parte das elites capixabas, neste caso em especial, a Jones dos Santos Neves, o argumento básico para propor ações intervencionistas estatais massivas no Espírito Santo.

É por esse caminho que se produz o Plano de Valorização Econômica do estado. Plano que expressou o delineamento das prioridades econômicas da sua gestão no decurso da modernização estatal, o que exigiu o suporte tecnocrático para sua execução, levando a busca por técnicos no Espírito Santo e, sobretudo, nos estados vizinhos para tal fim. A ideia era que os locais da administração pública considerados centrais para as tarefas do projeto de Neves precisavam de uma direção capaz de imprimir dinamismo.

Paralelamente ao Plano de Valorização Econômica, é criada a Secretaria de Viação e Obras Públicas, promovendo o desmembramento da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Dada a sua importância, ela foi superequipada tecnicamente e absorveu a maior parte dos recursos financeiros

do Estado, em média 42,7% da receita durante a segunda gestão Neves (Gonçalves, 2010, p. 67).

Em 1950, o Plano de Valorização Econômica do Estado e a Secretaria de Viação e Obras Públicas concentravam 23% do seu valor total de investimento para o setor de energia elétrica (Espírito Santo, 1951), o que incluía a contratação da empresa alemã AEG Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft pelo governo do estado, para a análise das bacias hidrográficas e, em especial, para análise do potencial de uso hidrelétrico da bacia do rio Santa Maria. A definição do aproveitamento dessa bacia levou em conta a consequente redução de prazos e custos das obras de linhas de transmissão. Além disso, a eleição deste aproveitamento como ponto de partida para o aproveitamento hidrelétrico no estado obedece ao propósito estabelecido pelas diretrizes de aproximação dos centros de gravidade econômica, especialmente a região central, onde fica a capital Vitória, e a centro-sul, onde fica Cachoeiro de Itapemirim.

Uma outra questão também pertinente é que o Plano de Eletrificação Estadual se torna peça ajustada ao surgimento de um setor público de eletricidade nacional. Essa sincronia, que unia o projeto estadual à construção de uma racionalidade técnica do segundo governo varguista (1951-1954), pode ser vista a partir das leis criadas pelo governo Neves, que eram cópias ajustadas dos projetos aprovados no congresso nacional do primeiro período varguista (Ribeiro, 2013).

O intuito dessa proximidade por parte do governo estadual era, para além de uma associação política com o governo federal, ajustar as estruturas jurídicas das concessões de prestação de serviços públicos com os financiamentos captados por meio do governo federal.¹⁰ Contudo, mesmo que com grande capacidade de articulação política estadual e federal, não seria no governo Jones dos Santos Neves que se construiria uma empresa pública de grande porte para o setor elétrico do estado, nem se inaugurariam boa parte das obras de geração de energia.

A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. despontaria pela primeira vez apenas em 1956,¹¹ no governo sucessor de Neves, Francisco Lacerda de Aguiar

¹⁰ Ver mais na Lei federal nº 1628, de junho de 1952. Art.8º; e Lei federal nº 1807, de 7 de janeiro de 1953, sobre empréstimos para serviços públicos. A Lei estadual nº 755, de 7 de dezembro de 1953, era a mais importante delas, que criava o sistema elétrico estadual e que teve como resultado mais concreto a constituição da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., resultado de acordo específico com o governo do estado do Espírito Santo.

¹¹ A criação da ESCELSA só se deu a partir da aprovação da Lei nº 1.088, de 30 de agosto de 1956, que instituiu a taxa de juros de 9% para o empréstimo a ser feito junto ao BNDE, além de criar o Fundo de

(1955 e 1959),¹² absorvendo pequenas empresas de geração, transmissão e distribuição e suprindo as deficiências de abastecimento da zona de concessão da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE).

É notável o conjunto de forças que se aglutinaria na Assembleia de constituição da ESCELSA. Além do governador, estavam Lysandro Ceciliano de Oliveiras, Azeredo de Souza Werneck, Oswald C. Guimarães (prefeito de Vitória de 1958 a 1959), Orlando Antenor Guimarães (empresário local), Álvaro Sarlo (prefeito de Vitória de 1935 a 1936), Asdrúbal Soares,¹³ José Ribeiro Martins, Alcides Guimarães, Alcides Vianna, Hildewald Guimarães, Afonso Sarlo, Antenor Guimarães,¹⁴ Jose Ferrari Valls, Alberto de Oliveira, Oscar Rodrigues de Oliveira, José Fortunato Ribeiro (desembargador), Manoel Moreira Camargo, Eurico Resende,¹⁵ Fernando Costa, José Rodrigues

Eletrificação a ser composto pela parcela que cabia ao estado do Imposto Único de Energia Elétrica (Lei federal nº 2308 de 1954.).

¹² Em outubro de 1950, Francisco Lacerda de Aguiar elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do PSD. Ocupou sua cadeira na Câmara dos Deputados de março de 1951 a janeiro de 1955. Mesmo tendo se desligado do PSD, seu prestígio crescera o suficiente para lhe permitir candidatar-se em 1954 ao governo do Espírito Santo. Elegeu-se governador em 3 de outubro na legenda da Coligação Democrática, constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Republicano (PR), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP), derrotando Eurico Sales, da Aliança Interpartidária, composta pelo PSD e a União Democrática Nacional (UDN) (FGV, n. d, n. p).

¹³ Prefeito de Vitória (1930-1933). Asdrúbal Soares elegeu-se como primeiro suplente de deputado na Assembleia Nacional Constituinte pelo Espírito Santo em 1933, no Partido Social Democrático (PSD). Ainda em 1933, foi secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de seu estado, na gestão do interventor João Punaro Bley (1930-1935). Após a promulgação da Constituição, foi eleito deputado federal pelo PSD. Ainda em 1934, foi lançado candidato ao governo capixaba na legenda das Oposições Coligadas, formada pelo Partido da Lavoura e pelo Partido Proletário. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em julho de 1935 e exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país. Em seguida, passou a se dedicar à sua carreira profissional, tornando-se diretor-proprietário de uma companhia de serviços de engenharia, a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio (EBEC). Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, em dezembro de 1945 elegeu-se como deputado na Assembleia Nacional Constituinte, pelo PSD. Em janeiro de 1948 votou contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Deixou a Câmara ao final da legislatura, em janeiro de 1951. Em agosto de 1962, foi eleito governador interino pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, substituindo Hécio Pinheiro Cordeiro, também governador interino. Assumiu as funções logo em seguida e em janeiro de 1963 entregou o cargo a Francisco Lacerda de Aguiar, eleito em outubro de 1962. Além disso, dirigiu os jornais *O Estado* e *A Tribuna*, em Vitória, e foi primeiro presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA) (FGV, n. d, n. p).

¹⁴ Empresário, dono da Antenor Guimarães & Cia. Ltda, empresa que prestava serviços de transporte e infraestrutura portuária, logística marinha, além de grande de empresas no ramo da construção civil e de serviços para o governo do estado.

¹⁵ Após o Estado Novo e o início do processo de redemocratização, Eurico Resende filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido político criado em 1944. Elegeu-se para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo em 1950, 1954 e 1958, sempre pela UDN. Em 1962, elegeu-se senador pelo Espírito Santo, apoiado por uma coligação constituída pela UDN e pelos partidos Democrata Cristão (PDC), Trabalhista Brasileiro (PTB), Social Progressista (PSP) e de Representação Popular (PRP). Deixou a Assembleia Legislativa em janeiro de 1963, ao final da legislatura, e no mês seguinte assumiu sua cadeira no Senado, onde exerceria a vice-liderança da UDN, desde março e até a extinção do partido, dois anos e meio depois.

Oliveira, Emílio Roberto Zanotti, José Franklin dos Santos, Eurico Fernandes, Manoel Bezerra Nunes, Aylton Tovar, Acyr Monteiro, Joaquim Leite de Almeida, Antônio Pereira Lima e Tasso da Silveira Pessoa (O Diário, 1956).

Na edição do jornal *A Tribuna* do dia da constituição da empresa, eram expostas as razões de sua função:

[...] promover o aproveitamento das fontes de energia elétrica existentes no Estado; planejar, construir e operar sistema de produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica, sob suas diversas modalidades; explorar, mediante concessão, o comércio de energia elétrica; adquirir, por qualquer título, ou arrendar usinas geradoras de eletricidade, linhas de transmissão e redes distribuidoras de energia elétrica; interessar-se em empreendimentos ou empresas que tenham por objetivos a indústria de energia elétrica e promover quando possível ou necessário, a articulação d'água das usinas geradoras com as que se puderem destinar à regulação dos rios e seu aproveitamento em obras de irrigação. (*A Tribuna*, 1956, p. 5)

Na primeira assembleia da empresa, foi eleito um dos presentes como presidente, Asdrúbal Soares (que viria a ser governador interino entre 1962 e 1963). O primeiro presidente da ESCELSA era habituado ao executivo público, pertencente ao grupo vitorioso no movimento de 1930, assim como Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Chegou ao poder com a nomeação do primeiro interventor de Getúlio Vargas no Espírito Santo, João Plunaro Bley, que, por sua vez, nomeou-o prefeito da capital.

A indicação de Soares para presidente da ESCELSA foi de substancial importância para o futuro da empresa. Como presidente do diretório estadual do Partido Social Progressista (PSP), fora um dos principais articuladores de

Participou, em seu estado, das articulações que resultaram no golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart (1961-1964). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), de orientação governista. Participou da redação final da nova Constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967 e no ano seguinte tornou-se vice-líder do governo e, a partir de 1969, vice-líder da Arena no Senado. Em 1970 foi relator do decreto-lei do governo que o Congresso referendou, instituindo a censura prévia das publicações periódicas. No pleito de novembro de 1970, reelegeu-se senador pelo Espírito Santo na legenda da Arena, assumindo o mandato em fevereiro de 1971. Nessa legislatura, continuou vice-líder da Arena e do governo no Senado, tendo sido titular das comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal, e de Legislação Social, além de suplente da Comissão de Finanças. Resende foi escolhido em março de 1977 pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) como líder da maioria no Senado, substituindo o senador Petrônio Portela. Em setembro de 1978, elegeu-se, por via indireta, governador do Espírito Santo. Substituindo Elcio Álvares (1974-1979), tomou posse em março de 1979. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS) (FGV, n. d, n. p).

uma coligação que unia PSP, PTB, PR, PRP e parte da UDN, e foi responsável por atrair Francisco Lacerda de Aguiar para o PTB, na eleição em que se tornaria governador.

O governo de Francisco Lacerda de Aguiar (ou Chiquinho) apresenta uma plataforma de continuidade com relação ao governo Neves. Mesmo que, em relação ao seu antecessor, existisse uma ainda mais profunda relação com o setor agroexportador cafeeiro. Essa continuidade está fortemente relacionada a alguns fatores, como o resultado do protagonismo do Estado no desenvolvimento econômico com a integração dos planos nacional e estadual, e o início de um relativo consenso sobre a necessidade de industrialização por parte das forças políticas das várias regiões do estado.

A esse respeito, a produção de uma burocracia dotada de poder para construir um “consenso político” parece ser uma das características dessas elites agentes do processo de modernização. O desenvolvimento econômico, nesse caso, torna-se um fenômeno prioritariamente político e a sua ocorrência depende muito da capacidade política das tais elites modernizantes de forjar esse tipo de coalizão com outras elites exteriores ao Estado, cumprindo o papel do que Hirschmann (1964) chamou de *agente de ligação*, essencial para qualquer projeto desenvolvimentista, e cumprindo o papel de *elites estratégicas*, proposta por Adriano Codato (2008, p. 45):

A noção de “elite estratégica” (ou melhor: “elites estratégicas”, já que há várias) foi proposta por Suzanne Keller há um bom tempo para contrapor-se à imagem de uma classe dominante *politicamente unificada* (“*ruling class*”) e *socialmente homogênea*. Apesar do pressuposto normativo que orienta sua empreitada contra o elitismo clássico (no caso, o pluralismo), há três ideias na base desse conceito que são úteis para descrever e explicar o meu problema: *i*) nas “sociedades industriais” (i.e., naquelas sociedades que conhecem um intenso processo de transformação capitalista), a reprodução da ordem social não cabe apenas a um único grupo social que controla, *ao mesmo tempo*, os recursos políticos e os recursos econômicos; *ii*) no recrutamento para o universo da elite política, atributos adquiridos (conhecimento técnico, experiência etc.) contam muito mais que atributos herdados ou *background* de classe, de modo que a origem social do grupo no poder é muito mais heterogênea do que numa ordem tradicional onde “riqueza” desempenha um papel essencial; e *iii*) uma elite estratégica pode tornar-se, em função das tarefas específicas que deve desempenhar, cada vez mais *autônoma*, seja em termos organizacionais, seja em termos profissionais, ou mesmo ideológicos (em relação ao grupo de origem).

Se de um lado política e burocracia, incrustadas no Estado desenvolvimentista, absorvem o setor empresarial, também se verifica a tendência inversa: a atividade política pode constituir o trampolim de um capital inicial que permite a incorporação de quadros políticos à indústria, reforçando a organicidade da estrutura social.

Nesse universo, a energia elétrica vai continuar sendo vista não apenas como necessária, mas como algo essencial ao projeto de industrialização, modernização e aumento de produtividade na agricultura, durante todo o resto do século XX. Ocupará na vida econômica e social capixaba um lugar central, como explicita fala do Secretário de Fazenda do Espírito Santo no governo Chiquinho – como também era conhecido o governador Francisco Lacerda de Aguiar –, Kleber Guimarães, em 1957:

Não é preciso tecer comentários, por certo, sobre o que representa a eletricidade no meio rural, dotando o homem do campo das condições de bem-estar que estimulam e o confortam, facilitando a criação da pequena indústria rural, de tanta significação, nem tampouco a expressão que tem as cidades a fartura de energia, propiciando a constituição de conjuntos industriais que irão fortalecer nossa economia. (Espírito Santo, 1957)

4. Conclusão

As elites regionais tiveram que responder durante boa parte do século XX ao aumento das capacidades do Estado nacional em âmbito local, com o desafio de definir quais os limites aceitáveis do projeto de modernização nacional, para a manutenção do seu capital político e econômico. Podemos incluir nesse caso a controvérsia sobre a vocação industrial ou agrícola, que só se acomoda no governo Juscelino Kubitschek e que terá repercussões também em terras capixabas.

E é no período entre 1946 e 1964 que aos poucos se concentra o poder do processo decisório em figuras-chave das elites modernizantes, para permitir formas mais simplificadas e informais de condução dos negócios públicos. Isso resulta na participação do setor industrial privado local, não mais de forma direta como fomentador e executor da agenda de investimento e desenvolvimento, mas como agente incrustado no aparelho de Estado, sobretudo para colher os frutos do transcurso da industrialização estatal, bem como para salvaguardar sua existência.

É relevante apontar para a influência dos projetos das elites políticas capixabas sobre os projetos de desenvolvimento econômico regionais, que se mostram cruciais para a consolidação da infraestrutura de energia elétrica. Por outro lado, também demonstra a relevância do ambiente federativo na configuração das estratégias dessas mesmas elites para a execução dos seus projetos.

Nesse sentido, é importante chamar atenção para a relevância do Partido Social Democrático (PSD). Esse partido aglutinou, tanto nacionalmente quanto regionalmente, boa parte dos grupos políticos que estiveram envolvidos nos projetos desenvolvimentistas, que também estiveram envolvidos nos projetos elétricos. Isso fica claro nos casos do Paraná, de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde esse partido aglutinou boa parte dos políticos capixabas até 1964.

Uma outra questão que se coloca com relação às infraestruturas elétricas regionais é a utilização das empresas para domínio da máquina pública modernizada por parte dos grupos políticos organizados. Essa questão parece ser mais ampla e se relaciona à sensibilidade das elites regionais às tendências de ampliação da administração estatal e mudança no *modus operandi* do capitalismo nacional. Isso fica bem aparente na influência da elite cafeeira agroexportadora sobre a agenda do desenvolvimento da eletricidade no Espírito Santo até a década de 1940 e na importância da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) para os projetos elétricos a partir da década de 1960.

Referências

BUFON, J. A. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas: Unicamp, 1992 (Dissertação de Mestrado em Economia da Unicamp).

BARRINGTON Moore JR. - *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, cap. “As origens revolucionárias da democracia capitalista”, Ed. Martins Fontes, 1983.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985.

CHALMERS, J. MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975. Stanford, CA: Stanford University Press, 1982.

CODATO, A. Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2008.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. Fala do Secretário da Fazenda Kléber Guimarães. Vitória, 1957.

ESPÍRITO SANTO. Imprensa Oficial. *Governador 1952, 1953, 1954*.

ESPÍRITO SANTO. *Plano de valorização econômica do Espírito Santo*. Mensagem enviada pelo Sr. Governador à Assembleia Legislativa em 22 de maio de 1951. Vitória: IJSN, 1951.

FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. *A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora*. In: DALLA COSTA, Armando João; GELINSKI JÚNIOR, E.; CAVALIERI, M. A. R. (Org.). *História Econômica do Brasil República*. Curitiba: CRV, p. 97-130, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line. *Asdrúbal Martins Soares*. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-asdrubal-martins>>. Acesso em 30 novembro 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. *Entre dois governos: 1945-1950 e a constituição de 1946*. Rio de Janeiro. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>>. Acesso em 25 novembro 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. Dicio-

nário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line. *Eurico Vieira de Resende*. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eurico-vieira-de-resende>>. Acesso em 01 dezembro 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aguiar-francisco-lacerda-de>>. Acesso em 30 novembro 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line. *Jones dos Santos Neves*. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jones-dos-santos-neves>>. Acesso em 29 dezembro 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line. *José Patente Frota*. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-parente-frota>>. Acesso em 29 dezembro 2020.

GONÇALVES, L. C. *Os frágeis galhos dos cafezais e a modernização emergente*. Vitória, UFES, 2019 (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFES).

HIRSCHMANN, A. The Paternity of an Index. *American Economic Review*. v. 54, p. 761, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo Demográfico (1872-2010)*. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em 4 maio 2020.

JORNAL O Diário. Escritura Pública da Construção da Sociedade. 20 de novembro de 1956, p. 4-5.

JORNAL A Tribuna. 6 de setembro de 1956.

RAPOSO, E. *Banco Central do Brasil: o leviatã ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

REIS, E. P. *The agrarian roots of the authoritarian modernization in Brazil: 1880-1930*. Massachusetts: MIT, 1979 (Tese de Doutorado do MIT).

RIBEIRO, L. Cl. M. *Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968*. Vitória: EDUFES, 2013.

PETER, B., RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PERISSINOTO, R. O conceito de Estado desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 52, 2014.

PIRES, R., & GOMIDE, A. 2014. Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. *Texto para Discussão, n. 1940*. [online] Brasília: IPEA.

SAES, A. M. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Campinas: Unicamp, 2008 (Tese de Doutorado em Economia da Unicamp). Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285787>>. Acesso em 11 agosto 2018.

SILVA, M. Z. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Volume 11. Dissertação. Escola Brasileira de Administração pública, FGV, 1986.

SKOCPOL, T.; FINEGOLD, K. State capacity and economic intervention in the early New Deal. *Political science quarterly*. v. 97, n. 2, p. 255-278, 1982.

WEBER, M. *Economy and Society*. Edited and translated in part by Guenther Roth and Claus Wittich. Berkeley: University of California Press, 1978.